



Interacionismo e Estudos Culturais:

As contribuições para as teorias midiáticas das obras de Peter Hall e Ien Ang¹

Silvânia Mineira Ribeiro Sottani²

RESUMO

As correntes teóricas contemporâneas dedicadas ao estudo da Mídia têm possibilitado novas visões sobre o tema em contraponto à clássica e predominante versão frankfurtiana da Indústria Cultural. É objetivo deste trabalho produzir um balanço interpretativo entre autores tributários de duas dessas escolas – Peter Hall e o Interacionismo e Ien Ang e os Estudos Culturais – para que, uma vez apresentados seus contrastes e semelhanças, tenham seus principais conceitos aproximados em busca de uma complementaridade que comprove sua viabilidade para novos estudos sobre a Mídia, principalmente em razão da contínua inserção desta última nas formas de sociabilidade contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos Culturais; Interacionismo; mídia; recepção.

1. Apresentação

A despeito da irrevogável influência da Escola de Frankfurt sobre os teóricos da comunicação desde a publicação, em 1944, do clássico texto “*A Indústria Cultural*” por Adorno e Horkheimer, são notáveis as inovações que têm surgido nas recentes teorias sobre a mídia. À visão central do Paradigma Crítico formado pelos frankfurtianos sobre a impossibilidade de emergência da razão emancipatória num contexto de alienação e manipulação, correntes teóricas contemporâneas vêm contrapondo visões instigantes e mais otimistas. São quatro os principais aparatos teóricos que seguem essa definição: a Teoria do Interacionismo, a Teoria do Efeito Estético de Wolfgang Iser, a Teoria da Recepção de Hans Robert Jauss e a Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas (SALGADO, 2006). À exceção da primeira, as demais não são objeto do presente estudo. Apesar disso, são aqui citadas como forma de demonstrar a amplitude dos caminhos teóricos que, mesmo influenciados por Adorno e Horkheimer, buscam novas formas de abordar a relação entre mídia e receptor.

O princípio de um agente ativo e reflexivo é central nessas correntes em contraponto à visão da cultura de massa como um mecanismo absolutamente marcado pela idéia de massificação e atomização dos estudos da primeira metade do século XX. O que se vê,

¹ Trabalho apresentado ao DT Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XV Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste – 13 a 15 de maio de 2010.

² Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Professora Assistente da Faculdade do Sudeste Mineiro de Juiz de Fora; Professora Assistente da Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora. Endereço eletrônico: silsottani@gmail.com



atualmente, são construções teóricas capazes de levar a cabo estudos sobre a mídia que considerem o receptor como um co-produtor dos conteúdos compartilhados em qualquer que seja a forma de interação e que exercita sua criticidade nesses contextos.

Peter Hall é um tributário dessa visão. Em “*A symbolic interactionist analysis of politics*” (1975), o autor propõe um olhar para a prática política do ponto de vista do Interacionismo Simbólico. Para tanto, ressalta as características da agência do indivíduo, dedicando a primeira parte do seu artigo para um apanhado dos principais conceitos dessa corrente. Trata-se de um texto fundamental para aqueles que dedicam seus estudos ao Interacionismo porque, além de exibir um conjunto teórico relevante, o autor ainda aplica seu feixe de conceitos numa análise prática da ação política, mostrando como essa escola pode ser coerente para o estudo de temas prioritários para a sociedade.

Já Ien Ang, apesar de não pertencer formalmente a nenhuma das escolas supracitadas e mostrar-se explicitamente influenciada pelos Estudos Culturais de Birmingham, faz considerações bem próximas às que propõem autores tributários dessas correntes na sua defesa dos métodos qualitativos para estudo da audiência em “*On the politics of empirical audience research*” (1996). Através de uma comparação entre os métodos dos Paradigmas Dominante e Crítico, Ang propõe instigantes reflexões sobre a investigação da relação entre audiência e política. Com esse objetivo, termina por salientar aspectos importantes pouco observados nas pesquisas de audiência que são caros a Peter Hall e ao Interacionismo em geral.

A proposta desse estudo é produzir um balanço interpretativo entre os autores citados e avaliar como as correntes teóricas em questão podem contribuir para as terias midiáticas. À primeira vista pode soar um tanto incoerente propor uma aproximação entre Peter Hall e Ien Ang, autores que utilizam conceitos de escolas diferentes e que tratam de objetos aparentemente tão distintos. Pretende-se, no entanto, esclarecer que os objetivos de Hall e Ang não são tão contrastantes quanto parecem num primeiro momento, apesar da existência de divergências relevantes que também serão consideradas. Explícita, assim, de forma assumidamente generalista, uma apresentação e a possível interface entre os dois autores, passaremos a alguns pontos relevantes dos estudos de cada um deles para, posteriormente, buscarmos o objetivo desse trabalho: algumas constatações sobre a importância do Interacionismo e dos Estudos Culturais para os estudos sobre a Mídia.



2. Peter Hall e a ordem social negociada

Conforme exposto acima, o Interacionismo parece, à primeira vista, um complexo teórico preocupado em investigar as relações interpessoais, o que é pertinente. Está enganado, no entanto, aquele que supõe que suas bases teóricas foram lançadas apenas com esse fim.

A principal questão, como o próprio nome da escola propõe, é a interação. De acordo com a definição de Herbert Blumer, um dos principais autores interacionistas, “a interação simbólica é definida como a atividade em que os homens interpretam os gestos uns dos outros e agem com base nos significados produzidos por essa interpretação” (1969, p.65-6). Dessa interação permeada por representações, surge a identidade do indivíduo que, se baseada na interação, estará, portanto, em constante construção, num processo dinâmico e não acabado (STRAUSS, 1999). A idéia de **processo** é cara ao Interacionismo, já que se trata de um aparato teórico construído numa tentativa de oposição ao Funcionalismo, visto criticamente por considerar a sociedade como uma estrutura estática. Para os interacionistas, todos os aspectos do comportamento humano são dinâmicos e estão em constante fluxo, entre eles a sociedade. Assim, os interacionistas argumentam acerca da dinâmica da estrutura social, que é continuamente modificada em razão da interação entre os elementos que a compõem. Desse breve exposição, resulta o conciso aparato conceitual da escola: **interação, representação e identidade**. É com base nesses três conceitos que autores como o já citado Herbert Blumer, ao lado de Anselm Strauss com o clássico “*Espelhos e Máscaras*” (1999) e Erving Goffman, com obras como “*Manicômios, Prisões e Conventos*” (2005) e “*Frame Analysis*” (1974) vão formar e desenvolver essa corrente, dentre outras obras importantes.

Dos conceitos desses autores valer-se-á Peter Hall em sua análise, onde expõe com clareza a importância das noções de emergência, processo, volição, significado, *self*, ação e interação para o entendimento do homem como agente construtor da realidade. É pelo estudo dessas noções que Hall vai chegar ao tópico de maior alcance social da sua defesa: a **ordem social negociada**, baseando-se, principalmente, na definição de ação conjunta de Herbert Blumer:

The picture is composed in terms of action. A society is seen as people meeting the varieties of situations that are thrust on them by their conditions of life. These situations are met by working out *joint actions* in which participants have to align their acts to one another. Each participant does so by interpreting the acts of the others and, in turn, by making indications to others as to how they should act. [...] Mead saw human society in this way – as a diversified social process in which people were engaged in forming *joint actions* to deal with situations confronting them (BLUMER, 1969, p. 72) (grifos meus).



Ao ampliar essa concepção de ação conjunta, Hall considera que os indivíduos interagem entre si para se posicionarem diante da sociedade através de **intersubjetividade**, coordenação e consenso e também interagem individualmente ou em grupos com as estruturas sociais, como instituições e regras, por exemplo. Ao contrário de um agregado de partes, a ação conjunta pressupõe, portanto, uma síntese de objetivos e valores. Para que possam agir em conjunto, os homens se valem de **simbolizações**. Para Hall, o indivíduo vive tanto num ambiente simbólico quanto físico e responde aos estímulos, tanto de outros indivíduos quanto do ambiente em que vive, através dos significados que depreende dos símbolos com os quais tem contato. Essa atribuição de significados é um processo que depende inteiramente da cultura onde o indivíduo está inserido – o que conhecemos por socialização – e pressupõe que a sociedade precede qualquer existência individual.

Ao processo de atribuição de significados são caros os temas da cultura e valores, por um lado, e dos interesses e intenções, por outro. Na verdade, é pouco provável que, no momento da ação, essa dicotomia rígida se estabeleça. Ao contrário, para o Interacionismo, os atributos racionais para a tomada de decisões e os valores do indivíduo se interpenetram, formando uma única base para a interação. Ao invés de uma distinção clara entre essas noções, Hall propõe sua atuação em conjunto. “The position taken here [is] that both the material and ideal elements come to be reflected in and expressed through the interpretative processes or the self-conceptions of the actors” (1975, p. 72)

Seja em função de fins definidos, seja em relação aos valores, ou ambos, o indivíduo age de acordo com as situações com as quais se defronta. A cada nova situação, novas simbolizações. Percebe-se, nesse ponto, mais um argumento que contradiz a visão rasteira do Interacionismo como uma teoria de micro-alcance: mesmo argumentando sobre a instabilidade da estrutura social, essa é vista como a base de onde emergem os pré-requisitos os significados para a interação. Torna-se claro, pelos conceitos de simbolização e socialização, como o Interacionismo não possui um viés de controvérsia entre indivíduo e sociedade. Ao contrário, sua defesa é da construção conjunta de ambos através do processo interpretativo:

Symbols are the means by which people orient themselves to the world, to others, and to themselves.[...] Meaning is also not fixed for all time but will vary with time, culture, situation and the people acting toward it.[...] Such meanings arise and are transformed in the context of communication with others as one learn from others the meaning of objects as they see them and as one takes part in offering his own meaningful view. [...] Symbolizations, therefore represent knowledge, communication and action. (HALL, 1975, p. 37-38)



Ao atribuir significados às ações do outro, o indivíduo se vê num processo de *role-taking*, ou seja, ele atribui um papel, ou um personagem, ao outro, de acordo com a situação. Apenas depois de construída e estabelecida uma identidade para o outro, o indivíduo está realmente hábil a interagir com ele, já que vai basear suas próprias ações naquilo que julga ser pertinente para a identidade com a qual está interagindo. Hall atribui a esse processo interpretativo a ação dos homens e a interação entre eles. Além de interagir com os outros, o indivíduo também interage consigo próprio, ao se colocar como um objeto que também carece de atribuição de significados – o *self*. A forma como o indivíduo se auto-conceitua para posicionar-se diante dos outros e do mundo também é um processo interpretativo, nos moldes descritos anteriormente. Essa característica do homem de conseguir ser sujeito e objeto ao mesmo tempo constitui uma das chaves para a interação simbólica, afinal, torna-se necessário para o indivíduo refletir sobre a construção que os outros têm dele e sobre a imagem através da qual ele objetiva posicionar-se. Dessa constatação, estabelece-se a afirmação de que o homem também interage consigo próprio.

A assumida existência de divergentes intenções e valores para a ação de cada um dos indivíduos envolvidos na interação pode levar, em alguns casos, a um **processo de simbolização não-harmônico**. A existência de contingências, ambigüidades e conflitos quebram a estabilidade das ações conjuntas e pedem novos significados e novas simbolizações. Deste modo, a busca por uma ordem é um processo de alta complexidade, em função das diferenças entre os elementos que a compõe: diferentes objetivos, valores, interesses e padrões, o que a transforma numa busca permeada por uma ação dinâmica baseada em constante negociação ou barganha. É com base em negociações, portanto, que as identidades vão se formando, sejam identidades individuais ou coletivas. Hall coloca essa noção de forma clara ao definir a ordem social negociada: “The model of society that derives from the negotiated order is one characterized by a complex network of competing groups and individuals acting to control, maintain, or improve their social conditions as defined by their self-interests (1975, p. 45). Nesse ponto percebe-se a relevância do conceito de **conflito**. Se a estrutura não é estável, isso se dá em função das diferenças entre as posições de seus elementos e da busca por interesses divergentes, o que pede constantes negociações e sugere possibilidades de emergência de conflitos. O conflito e a divergência são vistos, portanto, menos como empecilhos à interação do que como acontecimentos que a propulsionam, já que pedem novos significados que só poderão ser atribuídos através de novos processos de negociação, dadas as diferentes intenções. A necessidade de estabelecer definições comuns para dada situação é a base da ação conjunta (*joint action*). É desse processo temporal permeado por incertezas que vai se dar a dinâmica da sociedade.



As negociações, apesar de positivas para a interação, podem, no entanto, sofrer restrições pela existência de **limitações estruturais e culturais**. Em referência ao tema da dominação em Weber, Hall aponta a influência das posições hierárquicas e dos compromissos ideológicos como fatores limitadores da negociação. Para tanto, aponta como a questão da ideologia move a conduta humana e considera como os grupos de sucesso trabalham na manutenção de suas posições, incorporando a noção de **poder**, central ao seu debate. Ao propor uma distinção entre autoridade e poder, aquela caracterizada por fins coletivos, consenso e cooperação e este por objetivos essencialmente privados propensos ao conflito e ao dissenso, Hall aponta a necessidade de um estudo acurado das bases onde o poder se apóia de forma a delimitar a negociação ou propulsioná-la, de acordo com os objetivos pré-definidos.

Para Hall, no entanto, a busca e a manutenção do poder também são processos dinâmicos e os limites estruturais à negociação não são rigidamente dados. Ao contrário. Para o Interacionismo, a estabilidade da estrutura é uma falácia e são justamente as situações problemáticas e flexíveis surgidas dessa estrutura que alavancam a dinâmica social. Dito isso, pode-se afirmar que Hall assume a existência de características estruturais limitadoras da interação até determinado alcance. Esses limites, no entanto, são ultrapassáveis, uma vez iniciado o processo de negociação e barganha.

Como fica claro, com esse breve diálogo, Hall focaliza seus apontamentos sobre a noção de ação, propondo seu estudo do ponto de vista de agentes que são ativos, atores e reatores ao mesmo tempo, e que respondem às simbolizações que os permeiam sempre com novos significados, resultando num complexo e dinâmico modelo de sociedade que vai se formar das relações de negociação intersubjetivas e entre indivíduos e instituições. A concepção de processo é, como vimos, central para o debate de Hall, uma vez a ênfase dos seus estudos apontarem para a ação, em especial para as alterações no seu curso, em detrimento da estrutura: “Activity is assumed normal course of events for man so that instead of asking how do we motivate man to activity, the interacionist becomes perplexed at lack of activity or interested in changes in activity” (1975, p. 38).

Ao aplicar esses conceitos numa análise da prática política, Hall postula a relação entre o Interacionismo e o gerenciamento da imagem dos políticos, apontando como várias das práticas com esse objetivo se encaixam no que propõe a corrente em questão. Para tanto, considera fundamental o tema da linguagem e como sua correta utilização pelo discurso persuasivo contribui para a formação da identidade do enunciador, ressaltando ainda os efeitos das formas não-verbais de comunicação no envolvimento dos espectadores para convencê-los da correção do seu *self*, definindo a situação a favor dos objetivos traçados.



We must be therefore interested in how the audience is activated (or perhaps deactivated or deflected). The maintenance and activation of power come from being able to convince others of the correctness of your position. Of being able to appeal to those symbols which strike a resonance, of presenting one's self in the appropriate and desired style. (HALL, 1975, p. 51)

Através desse processo dinâmico, o caráter de um homem público, que interage com os demais e que precisa colher bons frutos dessa interação, vai sendo formado. Em consequência dos objetivos traçados, a manipulação de símbolos é uma constante, assim como o controle do fluxo informacional: saber definir as situações e traçar estratégias para lidar com elas é fundamental para o sucesso da interação do ponto de vista do enunciador.

Para Hall, o Interacionismo pode se colocar como uma alternativa teórica porque traduz melhor a realidade social, ao enfatizar vários aspectos que foram “negligenciados” por outras escolas. Seu grande diferencial, assim, é trazer à tona a relevância de conceitos como contingência, conflito, intenção, voluntarismo, processo e consequência, dentre outros já citados, mais adequados para lidar com a vitalidade da realidade social como um sistema absolutamente dinâmico.

Dessa exposição dos principais conceitos do Interacionismo através da obra de Peter Hall, passa-se, na seção a seguir, a uma exposição das idéias centrais de Ien Ang, para que o balanço interpretativo entre os dois autores, a ser realizado posteriormente, possa se dar de forma mais clara e objetiva.

3. Ien Ang e as guerras na sala-de-estar

As instigantes reflexões de Ien Ang começam pelo título de seu livro. Ao propor uma audiência que é mais ativa que passiva, Ang coloca o ambiente da recepção como um ambiente de “guerra” em *“Living Room Wars”* (1996). Nesse ponto, já observa-se sua relação imediata com as bases interacionistas: o indivíduo como agente ativo e não um mero receptáculo de conteúdos pré-fabricados, esta última uma visão estática e distante dos paradigmas para o estudo da mídia contemporâneos citados na introdução deste trabalho.

Ao propor um debate entre estudos tradicionais, amplamente conhecidos por formarem o Paradigma Dominante dos estudos da Mídia, e o Paradigma Crítico, Ang salienta alguns pontos em comum e outros nitidamente contrastantes entre os dois modelos, tecendo uma clara defesa dos estudos críticos que articulam teorias da agência e do poder com questões estruturais e culturais.

A autora focaliza sua defesa em conceitos estabelecidos pelos Estudos Culturais de Birmingham para propor um método etnográfico para as pesquisas da audiência que comprove a ineficácia do Determinismo Textual e da sua generalização sobre a possibilidade de prever



os efeitos ideológicos das mensagens midiáticas. Para a autora, essa visão generalista do leitor inscrito no texto tende a obscurecer a importância do diálogo entre textos e espectadores e a desconsiderar que o momento da decodificação da mensagem precisa ser pensado como processo inserido dentro de um contexto cultural mais amplo de onde emergem os significados do texto recebido. Assim, os encontros entre os textos e os receptores são muito mais complexos e envolvem uma multiplicidade de forças históricas e culturais que vão além do que é considerado pelos estudos mais conservadores.

Ang argumenta, portanto, acerca de um espectador que não é mais visto como um prisioneiro da mensagem recebida e defende a existência de uma “margem de manobra” para negociações e contestações no momento da recepção. Não desconsidera, no entanto, a importância das redes de relacionamento e das estruturas em que o indivíduo se constitui como um sujeito social, numa assumida relação com o Marxismo e o Pós-Estruturalismo. Dessa forma, as ações são *overdetermined*, ou seja, são construídas dentro das estruturas que constituem o homem como ser social. Para Ang, o indivíduo está envolto em uma estrutura cultural e histórica que delimita o espaço onde as ações vão acontecer, mas não as determina propriamente. Dessa maneira, a estrutura existe, mas é muito mais flexível e dinâmica do que supõe estudos conservadores. Trata-se apenas da delimitação de um espaço para as ações; essas, no entanto, envolvem lutas muito mais complexas do que do que correntes teóricas “hermeticamente fechadas”, para utilizar sua definição, possam presumir.

Encounters between texts and viewers are far more complex than the textualist theory would suggest; they are overdetermined by the operation of a multiplicity of forces – certain historical and social structures, but also other texts – that simultaneously act upon the subjects concern. Doing empirical research, then, is here used as a strategy to break out of a hermetically closed theoreticism in which an absolute certainty about the ideological effectivity of television is presumed (ANG, 1996, p.38-39).

Ang repudia, com essas colocações, os estudos sobre audiência que objetivam dissecá-la em variáveis e categorias e formar um “mapa” das preferências dos espectadores, defendendo que o momento da decodificação seja considerado como um processo relativamente autônomo em relação à ideologia da mídia e dependente do contexto interdiscursivo em que os espectadores interpretam as mensagens, inseridos numa complexa rede de práticas e relações culturais. Dito de outra forma, considera primordial a noção de **processo**, assim como Hall, como forma de alcançar um parecer mais claro sobre a constituição das audiências.



Essa noção de processo é levada a cabo por Ang através da sua concepção de **construção interpretativa**, colocada como a principal atividade do pesquisador. A pesquisa nunca é absolutamente neutra ou meramente descritiva, já que envolve representações e relações de poder, e a subjetividade do pesquisador não pode ser separada do objeto que ele estuda. Por se basear nessas características, as pesquisas nunca são definitivas, ao contrário, são ***work-in-progress***. A sua incompletude e temporalidade se dão por que os próprios objetos de estudo estão em constante alteração, são dinâmicos e incompletos: “If neither history or politic ever comes to an end, then theory (as well as research) is never completed and our accounts can never be closed or totalized” (GROSSBERG *apud* ANG, 1996, p. 47). Assim, as respostas “precisam ser construídas, na forma de interpretações” (ANG, 1996, p. 47). Dessa afirmação, depreende-se a defesa da autora por um método etnográfico para o estudo das audiências que considere a subjetividade do pesquisador. “We should try to avoid a instance in which ‘the audience’ is relegated to the status of exotic other – merely interesting in so far as ‘we’, as researchers, can turn them into objects of study, and about whom ‘we’ have the privileged position of acquiring scientific knowledge” (1996, p. 43).

Para que pesquisas dessa natureza sejam possíveis, Ang aponta a eficácia da observação participante, dada a necessidade de penetrar no ambiente social para refletir sobre as ações pesquisadas, e rejeita os modelos metodológicos que buscam avidamente a verdade sobre os objetos pesquisados quando deveriam se preocupar muito mais com os processos de busca. Essas considerações acabam por levar a uma crítica contundente dos métodos quantitativos quando utilizados isoladamente para entender a audiência e a um elogio do interesse por métodos qualitativos de paradigmas “alternativos” como a Etnometodologia e o Interacionismo.

Para Ang, o relevante não é estabelecer ou canonizar novas metodologias. Seu objetivo é propor que pensem com mais profundidade sobre as dimensões políticas das pesquisas de audiência, de forma que as descobertas não sejam consideradas num “vácuo social e institucional” (ANG, 1996, p. 45). Sua defesa é que a construção interpretativa seja vista como uma técnica metodológica em que o pesquisador, mais do que buscar a verdade, está engajado em representações discursivas sobre suas impressões, o que pressupõe uma rede de relações que precisam ser levadas em consideração. A subjetividade do pesquisador em relação ao seu objeto de pesquisa precisa ser analisada, já que, como pesquisador, ele não deixa de ser um sujeito político que, além de se preocupar com sua pesquisa, também é responsável pelo mundo em que vive. Dessa forma, jogando uma “pá de cal” sobre os ideais de imparcialidade e neutralidade das pesquisas científicas, Ang defende a construção das



respostas, que serão sempre provisórias e parciais por envolverem um pesquisador que não deixa de ser um ator social que estuda seu objeto.

Além das relações entre o indivíduo e as mensagens (permeadas por estruturas culturais e históricas) e as relações do pesquisador com seu objeto de pesquisa (possíveis através de construções interpretativas), Ang trata ainda das relações entre os indivíduos que recebem, num mesmo contexto, uma mesma mensagem. Assistir televisão é uma prática social mais do que individual e no momento da recepção é possível observar relações sociais de poder entre os indivíduos. A maneira de assistir televisão reflete as estruturas sociais e ideológicas onde os atores estão envolvidos, já que deixam claras suas preferências, suas disputas para impor essas preferências e suas interpretações das mensagens recebidas. Os diferentes significados atribuídos aos conteúdos pelos receptores não são apenas uma consequência da liberdade da audiência, como pensam os autores liberais, mas das lutas culturais do cotidiano. Os hábitos da audiência, portanto, são muito menos estáticos do que se acredita: “they are the temporary result of a neverending, dynamic and conflictual process in which the fine-grained interrelationships between meaning, pleasure, use and choice are shaped” (ANG, 1996, p. 51). Assim, a observação das audiências nos diz muito mais do que as preferências de determinado público, possibilitando um entendimento maior das relações sociais que esse hábito invoca. “If television is an ideological apparatus, to use that oldfashioned-sounding term, then this is not so much because its texts transmit certain messages, but because it is a cultural form through which those constraints are negotiate and those possibilities take shape” (ANG, 1996, p. 51).

Para Ang, é indispensável considerar os temas da pluralidade e da diversidade. Mas apenas diferenciar os tipos de espectadores e encaixá-los em variáveis não possibilita o entendimento da audiência dentro dos moldes dos Estudos Culturais, como dito anteriormente. Além de notar a diversidade, é preciso buscar o entendimento dessas diferenças dentro das conjunturas de onde elas emergem para entender como e porque isso acontece: “cultural studies is interested in understanding media consumption as a site of cultural struggle, in which a variety of forms of power are exercised, with different sorts of effects” (ANG, 1996, p.43). Percebe-se, nesse ponto, como a autora retoma sua defesa da questão da estrutura cultural e histórica que envolve o indivíduo.

Nota-se, com essas colocações, como o foco dos Estudos Culturais no contexto em que o indivíduo está inserido é caro a Ang e à sua defesa da audiência como uma prática cultural permeada por negociações e contestações. Parece claro, assim, que a ênfase no contexto da ação é uma característica comum a Ang e Hall. Esse e outros tópicos comuns a ambos, além das possíveis divergências, são o tema do diálogo interpretativo a seguir.



4. Um balanço interpretativo

Dadas as exposições sobre cada um dos autores, nos parece menos provável, nesse momento, acreditar que uma possível aproximação das suas visões ainda seja um exercício incoerente. Ao contrário, são várias as similitudes entre ambos. A partir desse ponto, pretende-se destacá-las.

Antes disso, no entanto, parece prudente ressaltar um tema que, à primeira vista, pode ser identificado como uma diferença fundamental em relação ao foco dos estudos dos dois autores. Peter Hall, como vimos, direciona seus esforços para as interações face-a-face (na definição de Thompson, 1995), ressaltando sua emergência em contatos entre indivíduos e entre grupos. Ang, ao contrário, se volta para a recepção dos conteúdos midiáticos, naquilo que Thompson chama de quase-interação-mediada (1995).

No entanto, não acredita-se que essa dicotomia rígida possa ser assim colocada. Afinal, em *Living Room Wars*, Ang faz questão de colocar a importância das relações face-a-face estabelecidas no momento da recepção das mensagens, além da interação entre pesquisador e pesquisado, sua defesa central. Hall, por outro lado, mesmo não abordando propriamente o tema da mídia, estabelece conceitos relevantes para seu estudo, principalmente quando valoriza a informação como forma de controle e apresenta formas de gerenciamento da imagem dos homens públicos. Apesar da distinção que se faça em relação ao foco dos dois autores, seja Hall e os indivíduos em interação, seja Ang e os contextos de recepção dos conteúdos midiáticos, vários são os conceitos comuns a ambos em suas teorizações. A forma de Hall e Ang olharem seus objetos se assemelha em pontos centrais, o que possibilita a interface entre eles proposta por esse trabalho.

A principal característica comum a ambos é o interesse pelas implicações políticas das práticas que observam. Para Hall, o estudo dos conceitos interacionistas serve como base para uma análise apurada do processo político-eleitoral. Já Ang enxerga sua tese de um outro modo, defendendo as implicações políticas das pesquisas de audiência, com ênfase no caráter político das intervenções do pesquisador e na possível utilização política dos resultados por ele obtidos.

Suas similaridades começam pelo tema do contexto. A partir dele, outros conceitos vão sendo arrolados pelos autores como forma de dissecar sua importância. O momento em que acontece a ação, é, portanto, central para o debate, em oposição à menor atenção dispensada ao tema da estrutura. Hall, num ponto de vista contrastante com o Funcionalismo, não se dedica em detalhes à questão estrutural e estabelece seus conceitos a partir das interações que regem a dinâmica social, culminado numa idéia de ordem constantemente



negociada em função desse dinamismo. O autor apenas aponta a existência de limites estruturais para a negociação, como hierarquias ou ideologias, mas explicita que tais limites são ultrapassáveis, já que os indivíduos em interação têm a possibilidade de tornar essas estruturas instáveis e proporcionar sua modificação. Já Ang apresenta a cultura como uma base a partir da qual os significados são moldados e dedica vários de seus argumentos para a relevância da estrutura cultural para as ações e as construções interpretativas dos indivíduos. No entanto, Ang faz questão de deixar claro o aspecto dinâmico dessa estrutura, continuamente modificada pelas ações em curso. A autora, aliás, enfatiza a influência do pós-estruturalismo sobre seus estudos. Assim, os limites estruturais propostos por Hall mostram-se muito próximos das características que fazem a ação ser *overdetermined* para Ang, principalmente dado o caráter dinâmico e flexível com que ambos caracterizam suas categorias, apesar de Hall ser nitidamente mais radical nesse ponto. Pode-se pensar, dessa forma, o campo de estudo das audiências de Ang sob o conceito de ordem constantemente negociada de Hall: a audiência influenciada por caracteres como cultura, poder, ideologia e interação no processo de atribuição de significados de forma dinâmica e inacabada. Essa hipótese, no entanto, ainda carece das exposições feitas a seguir para se tornar mais pertinente.

Com o foco sobre a ação, as noções de processo e construção também se assemelham entre Hall e Ang. O processo interpretativo, fundamental para os estudos interacionistas, é uma das práticas defendidas por Ang para o estudo da audiência. Para o Interacionismo, significados emergem através de representações de acordo com o tempo, a cultura e a situação. Essas novas simbolizações pedem novas interpretações e nisso reside a mola propulsora da interação: interpretar o outro e ao *self* como forma de guiar as ações, conforme já exposto por Blumer na sua definição de Interação Simbólica acima mencionada. Para Ang, essa emergência de significados também ocorre quando as mensagens midiáticas são recebidas. Do acesso a um texto, surgem novas formas de lidar com as situações; desse acesso, novas visões tomam forma enquanto outras são abandonadas, num contínuo processo interpretativo. A constante construção da identidade, defendida de forma brilhante por Strauss em *Espelhos e Máscaras* (1999) e arrolada por Hall, também é central no debate de Ang. Já que essa construção se dá pela ação, a identidade nunca é um todo acabado, mas está em eterno fluxo de alterações. Se para Hall e o Interacionismo isso ocorre pela interação entre indivíduos e entre grupos, para Ang, a construção da identidade também se dá pelo contato com conteúdos midiáticos e pela reverberação do que foi recebido por esse contato entre os indivíduos, o que nos coloca na posição de afirmar suas importantes considerações sobre a influência da mídia nas interações face-a-face.



O tema da constante construção de significados pelos processos interpretativos não é caro a Ang apenas em suas observações sobre a recepção das mensagens, mas também no seu olhar sobre o papel do etnógrafo que pesquisa a audiência. Talvez fosse dispensável ressaltar, nesse ponto, a existência da interação entre pesquisador e pesquisado, o que leva a proposta de Ang a uma proximidade explícita com as bases interacionistas. Afinal, entender como se dá a relação entre o etnógrafo que observa ao participar de um contexto é entender como se dá um processo interacionista, já que a pesquisa resulta de um processo de construção de representações ou de uma construção interpretativa, na expressão de Ang, e é, portanto, inteiramente relacionada aos moldes propostos por Hall. Assim, uma vez baseadas em construções interpretativas dinâmicas, as pesquisas são inacabadas ou *work-in-progress*, ou seja, se o objeto pesquisado nunca é pleno e acabado, não há como canonizar as descobertas. Trata-se de um ponto positivo, segundo a autora, que defende que uma pesquisa não é menos científica se o pesquisador se valer de sua subjetividade. Ao contrário, a tendência é agregar valor aos resultados de uma pesquisa de caráter etnográfico, já que as interpretações se tornam mais sensíveis às especificidades, aos acontecimentos inesperados e à história, o que não aconteceria se o foco fosse apenas o que já está pré-figurado. À semelhança do Interacionismo, o tema das contingências é central no debate de Ang e na sua recusa ao Determinismo Textual.

Essa importância dispensada ao imprevisto é, portanto, outro ponto de interface entre Hall e Ang. De uma forma geral, os interacionistas atribuem considerável importância ao papel das contingências para alavancar as relações sociais. É em função da falta de estabilidade da estrutura social que se põe em curso o dinâmico processo de significação e re-significação. Atribuir significados também compreende atribuir papéis ou, nos termos interacionistas, *role-taking*. Das alterações no curso das situações, ou seja, da emergência de contingências, surgem novas necessidades de significação e o processo de atribuição de identidades também se reinicia, numa seqüência inacabada que move as relações sociais. Para Ang, a questão das contingências ganha um alcance “macro”: a impossibilidade de determinar plenamente a eficácia dos mecanismos ideológicos contidos nas mensagens midiáticas.

Com as contingências, a negociação se faz necessária. Tanto Hall quanto Ang qualificam o campo de ação dos indivíduos como um espaço de negociação e, especificamente, como um espaço para barganha, em Hall e para contestações, em Ang. O que fica claro é a proximidade entre os autores quando o assunto é a agência do indivíduo e suas múltiplas possibilidades, com relevância para a questão do poder. Para ambos, o poder influencia a negociação e precisa ser considerado na análise das interações. Para Ang, baseada no estudo de David Morley, as relações de poder existentes dentro de uma família se tornam

explícitas no momento da audiência, influenciando a atribuição de significados pelos atores. Seu foco não é traçar uma distinção absoluta entre quem detém mais ou menos poder, mas no exercício das suas diferentes formas e seus múltiplos efeitos no contexto da recepção, ou seja, a autora busca um entendimento de como as práticas heterogêneas de audiência influenciam as relações de poder. O ponto de vista de Hall, neste caso, é um pouco diverso, dada a sua ênfase na influência das posições hierárquicas na negociação. Para Hall, ao contrário de Ang, definir os atores que detém poder simbólico (nos termos de Bourdieu) é fundamental para compreender a interação e os resultados que dela emergem. O autor ainda vai além, ressaltando como é possível adquirir poder se os mecanismos simbólicos forem bem trabalhados, como exemplifica com sua análise do processo político.

A esse processo de negociação também são relevantes os temas da linguagem e do discurso, como mecanismos indispensáveis e, além disso, determinantes, do consumo da mídia e das novas significações daí decorrentes de acordo com a cultura (Ang), e no alcance de poder simbólico pelos atores políticos com base em seus ideais (Hall). Nesse ponto, há uma característica que pode ser qualificada como complementar entre os autores. Hall estuda como um ator pode conquistar e gerenciar seu poder, exercendo influência sobre os demais indivíduos, como os políticos, enquanto Ang foca as conseqüências do poder para aqueles que recebem as mensagens de atores influentes através da mídia. A junção dessas duas óticas nos dá um claro panorama do conceito de poder sob seus dois pontos de vista: o de quem o detém e o de quem é por ele influenciado.

Outra característica complementar diz respeito à noção de *self*. A ênfase dada pelo Interacionismo à atribuição de significados pelo indivíduo a si mesmo para o processo de interação é notável. Hall deixa clara a importância dos elementos externos na formação do *self*, mas não cita a mídia dentre eles. Ang, no entanto, faz desse ponto um dos argumentos centrais do seu discurso, mesmo sem se valer, explicitamente, desse termo. Assim, se a identidade e o *self* do indivíduo são também construídos por influências externas, o papel da mídia nesse processo não pode ser desconsiderado, dado seu atual alcance e poder de persuasão. A audiência também contribui para a construção do *self*. Vale ressaltar, no entanto, que as mensagens midiáticas, de acordo com Ang, vão contribuir para essa construção de forma absolutamente diversificada, uma vez a especificidade dos contextos de recepção já delineada anteriormente.

Com a explicação desses conceitos, tornam-se mais perceptíveis as propostas expostas acima: refletir sobre as implicações da prática da audiência sob a ótica dos conceitos interacionistas, com ênfase na audiência como uma ordem em constante negociação e, por



outro lado, trazer à tona a perspectiva dos Estudos Culturais para a ampliação de noções caras ao Interacionismo, como contexto, cultura, poder e ideologia.

Tem-se, portanto, com Ang e Hall, um panorama assumidamente simplista, mas que nos coloca na posição de traçar novos estudos pela aproximação das duas teorias. Além disso, nos parece claro, com esse breve diálogo, a importância do Interacionismo e dos Estudos Culturais para todos os teóricos da comunicação na contemporaneidade. Certamente estamos longe de esgotar as possibilidades de interface entre os dois autores tão instigantes e, obviamente, entre as duas correntes de pensamento em questão. O objetivo desse trabalho, que é tão somente apontar uma interpenetração e complementaridade entre as teorias, nos parece, no entanto, alcançado e a sugestão de que ambos sejam melhor aproveitados pelos estudos midiáticos, lançada.

5. Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ANG, Ien. **Living Room Wars**. New York: Routledge, 1996.

BLUMER, Herbert. **Symbolic Interactionism: Perspective and Method**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience**. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

HALL, Peter M. A Symbolic Interactionist Analysis of Politics. In: **Perspectives on Political Sociology**. Washington: Columbia University Press, 1975.

SALGADO, Gilberto Barbosa. **Razão Comunicativa, Interação e Recepção**. Anais da 29ª Intercom, v. 1, p.625. Brasília, 2006.

STRAUSS, Anselm. **Espelhos e Máscaras: A Busca de Identidade**. São Paulo: Edusp, 1999.

THOMPSON, John. **A Mídia e a Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.